

## **O Cenário Escolar e as relações entre Estado e sociedade no Brasil de 1930 – 1945.**

Ms. Teresa Vitória F. Alves<sup>1</sup>

Como a arte do ilusionismo, o talento do historiador se baseia em fazer do nada, o mundo; ou seja, através de um belo conto medieval ou de uma imagem é possível “desvendar” o cotidiano de um grupo ou de uma sociedade.

Assim, da mesma forma que um artesão transforma os fios que tece em uma bela tela, o ato de fazer história termina por ser uma prática que buscará nos arquivos, documentos orais, escritos ou iconográficos, que serão analisados pelos historiadores, informações que romperão um silêncio existente.

Para o historiador, não existem simplesmente fatos históricos. Na verdade, é a questão que constrói o objeto histórico (DOSSE, 2003:17) e, essa termina por auxiliá-lo a delimitar um problema. O passado, por si só, não é um objeto de análise, é preciso que ele seja construído com tal. Logo, para que a História se diferencie de uma simples narração, o pesquisador precisa se utilizar de regras científicas e conceitos que o auxiliarão a analisar e a criticar os documentos e a transformá-los em “provas” históricas.

Cabe aqui lembrar, ainda, que essa questão em si, possui uma raiz social. A investigação deve responder aos questionamentos feitos pelo historiador que está inserido em um dado momento e em uma dada sociedade, totalmente diferente daquele em que o documento foi forjado.

Os elementos desse artigo foram detalhadamente pensados e moldados, da mesma maneira que um artesão, minuciosamente, dispõe um fio sobre outro, dando forma ao seu pensamento. Como num grande quebra-cabeça, onde cada peça se encaixa em um determinado local, os fatos históricos precisam ser integrados para comporem “a” ou “as” imagens de uma dada sociedade.

Ao optar por fazer uma história que analisa a vida das pessoas comuns, terminamos por nos debruçar sobre as mais diversas experiências sociais que passaram a ser o fio condutor da nossa análise.

---

<sup>1</sup> Doutoranda pelo Centro de Investigação Interdisciplinar do Século XX (Ceis20), da Universidade de Coimbra, professora da Rede Pública Municipal do Rio de Janeiro e da Faculdade São Judas Tadeu.

Ao analisarmos os documentos existentes no “arquivo morto” da Escola Municipal Orsina da Fonseca, no Rio de Janeiro, nos deparamos com o universo de um grupo constituído por meninas órfãs e pobres, além dos professores e funcionários. Esses atores sociais passam a ganhar voz e vez no momento em que encontramos nos arquivos da escola: leis, decretos, regimentos internos, programas, grades curriculares, fichas de matrícula de ex-alunas, fichas de ex-professores e funcionários que nos possibilitaram reconstituir parte daquele passado desconhecido. Assim, passamos a perceber e a entender que o universo desse “pequeno grupo” era muito mais amplo e terminava por influenciar não apenas a vida deles como também de outras pessoas. Logo, um emaranhado de dados passou a fazer sentido, apesar das muitas peças isoladas, aparentemente inúteis ou estranhas, que insistiam em nos desafiar. Eram álbuns de formatura, fotografias de antigos professores e alunas, diplomas, boletins, relicários, revistas, postais, enfim todo um acervo que foi conservado durante décadas, e que agora passa a ter um valor inestimável.

Não devemos pensar nesses atores sociais a como uma massa inerte, mas, sim, enxergar como as transformações ocorridas em sua sociedade eram percebidas ao nível dos comportamentos concretos. Para isso as informações do seu dia a dia, ou seja, sua vida dentro da escola, como por exemplo, o que estudavam (grade curricular), atividades desenvolvidas (oficinas de chapéus, bordado, costura, desenhos, entre outras), como viam e valorizavam a educação que lhes era destinada (materiais produzidos pelas alunas, tais como livros comemorativos e revistas), a relação com seus familiares (feita, muita das vezes, através de postais que mostravam o cotidiano escolar), a preocupação frente a formação dessas moças para o mercado de trabalho (observada através da caderneta de encomendas de roupas e outros objetos confeccionados nas dependências do Instituto Profissionalizante Feminino Orsina da Fonseca (IPFOF), nos permite, como num grande jogo de peças, reconstruir uma parcela da política educacional brasileira entre os anos 1930 até 1960.

Segundo Anísio Teixeira:

Toda sociedade sobrevive à custa de um mínimo de educação que permita aos pais de certo nível social manter nesse nível social os próprios filhos. No início desse século, embora o patriarcado rural já se achasse em desagregação, a nova sociedade mercantil emergente que o sucedera guardava ainda os moldes velhos de educação para as profissões liberais, que vinham, de certo modo satisfazendo as suas ambições ainda eivadas do vitorianismo caboclo do tempo da monarquia. Na década de 20 é que começa a ebulição política e social, que deflagra, afinal, na Revolução de 30, e com a qual ingressamos em um período de mudança, mais caracterizadamente

representado pelo desenvolvimento da industrialização na vida nacional. (TEIXEIRA, 2011:55).

Para identificar os simbolismos/imagens criados pelas alunas do Instituto Profissionalizante Feminino Orsina da Fonseca através das informações encontradas, é necessário perceber suas relações com a sociedade e com o seu imaginário social, que pode ser representado através das palavras, gestos e linguagens com as quais essas meninas se faziam entender. Seus relicários, fichas escolares e as fotografias do dia a dia na escola deixam transparecer o entendimento acerca das relações sócio-político-econômicas e culturais existentes entre essas jovens e o Estado Brasileiro após os anos de 1930.

Toda e qualquer sociedade cria modelos de ordem econômica, política e social e no decorrer do seu progresso concomitantemente surgem instituições, formam-se conceitos e imagens. Assim, trabalhar com o discurso produzido no passado é buscar a recuperação de imagens fragmentadas, tradutoras de uma forma única de vivenciar o espaço e o tempo. Cada palavra e o seu sentido possuem uma dinâmica própria em cada discurso, e a cada época (VERÓN, 1980: 24).

Ao adentrarmos na história do Rio de Janeiro, capital da República, precisamos identificar os elementos que o caracterizaram. Os ideais do governo Vargasista, instituído após a Revolução de 1930 nos permitem perceber as inovações trazidas pelo progresso técnico e científico, onde a busca pelo ideal de civilização era constante, e estava presente no dia a dia da população de uma forma geral. Neste sentido, a escola assume um papel de destaque quando nos voltamos para a história de uma dada sociedade.

Os trabalhos que tratam das relações entre Estado e Ideologia há muito que consideram as instituições de ensino como pedras fundamentais na reprodução dos ideais de cidadania e das diversas formas de hierarquia social e política. O conceito de “hegemonia” trabalhado por Antonio Gramsci, aliado a questão da importância do intelectual orgânico e da sua relação com o Estado, é fundamental para perceber a importância das relações estabelecidas entre Estado e Educação. De fato, para o pensador italiano, a educação é parte essencial do processo da formação da hegemonia cultural, na qual um Estado impõe padrões culturais e valores que vão lhe servir para respaldar o poder. Dentro deste quadro, a escola é encarada como um aparelho reprodutor da hegemonia, na qual os intelectuais orgânicos, ou seja, aqueles que pensam o poder podem reproduzir os seus valores. Num outro sentido,

trabalhando a escola como “aparelho ideológico”, Louis Althusser realça o papel chave do sistema de ensino como condição para forjar a representação de sociedade estabelecida pelo poder.

É na escola que se constrói a noção de pertencimento a um (a) lugar/Nação. O papel de cidadão passa a ser definido pelos padrões que lhe são impostos a partir da formação escolar mais básica. Assim sendo, recuperando a noção de aparelho reprodutor da ideologia, controlar o sistema educacional significa ter o controle da produção de novos cidadãos que podem ser ou não favoráveis ou maleáveis aos mecanismos existentes e às regras impostas pelo poder.

Em suma, a análise do sistema de ensino oferece as condições necessárias para que possamos compreender a forma pela qual o Estado reproduz e pretende perpetuar os seus valores, espelhados nas ideias de Cidadania, Nação e na suposta noção de uma “Pátria”, forjada a partir de valores físicos, como o país, humanos, como a sociedade, mas, sobretudo morais, sendo estes os que postula ser o defensor.

Por várias vezes podemos perceber que dentro da sala de aula, nas paredes da escola, nas estantes da biblioteca ou até em pequenos textos escritos pelas alunas enxergamos o civismo agregado a uma esperança de vida melhor.

A escuridão do quadro-negro era povoada por estampas. Essas estampas, muitas vezes penduradas em cavaletes, tornaram-se recursos pedagógicos indispensáveis para a aprendizagem da redação e multiplicaram-se nas escolas primárias dos grandes centros urbanos brasileiros no final da década de 20 e nas décadas seguintes. Estampas que a princípio eram importadas e ainda fazem renascer as memórias da infância em linguagem poética. (NUNES, 2011:371)

Já para Jacques Le Goff (1996:77), “(...) toda vida cotidiana, afetiva, fantástica de uma sociedade depende de seu calendário”. Logo os republicanos percebiam a utilização das comemorações e datas cívicas, já presentes no calendário escolar, como um elemento de construção de uma identidade e de uma memória coletiva.

O presente artigo tem como eixo norteador a análise do discurso utilizado pelo Estado a partir das datas cívicas e da própria exaltação da pátria, buscando perceber o verdadeiro significado das práticas que norteiam essas comemorações, ou seja, como as mesmas eram percebidas não apenas no âmbito escolar, mas como eram apropriadas pela sociedade na tentativa de legitimar a ação do governo na tentativa de construção de uma

memória coletiva ou no simples fato de criar uma identidade social, buscando construir um ideário nacionalista (FERNANDES, 1993:60).

Indo um pouco além, buscar entender como a escola passa a ser ou não um espelho do Estado, utilizando-se das comemorações como um mecanismo ideológico que interfere não apenas no cotidiano escolar, mas na própria estrutura de organização social. A questão da valorização dos símbolos nacionais termina por criar uma forma de como alunos e professores precisavam se portar frente a sua sociedade, ou seja, uma forma do Estado criar um ideal de cidadania (CATROGA, 2001:20).

### **Anos de 1930 – 1945: um repensar social**

O cenário político brasileiro a partir dos anos de 1930 é visto, por historiadores e educadores contemporâneos, como um marco referencial da modernidade na História do Brasil não só no que se refere ao processo de industrialização, mas também pelas mudanças políticas que influenciaram a população brasileira e que trouxeram consigo fortes transformações de cunho social e cultural.

Os 15 anos de governo de Getúlio Vargas reserva especificidades no que se refere a ideia de progresso não apenas técnico, mas, também, ligado ao modelo de escolarização que vai vigorar na sociedade brasileira. Foi um período em que vários elementos foram associados ao crescimento, ao desenvolvimento e a modernização.

Ao longo desses anos há uma alteração do quadro social, econômico, político e cultural do país, pois ocorrem transformações específicas em cada uma dessas áreas. Dentre elas pode-se destacar o surto de industrialização e de urbanização associado às modificações comportamentais devido à presença mais intensa de uma nova composição social - a classe média renovada – ou seja, um grupo empresarial/ industrial atuante, e uma classe operária mais dinâmica. Além disso, ocorrem alterações na estrutura organizacional do Estado brasileiro o que faz com que a população, de uma forma geral, tenha a expectativa que a nação está, enfim, integrada ao sentido de modernidade que as grandes nações europeias e os Estados Unidos já tinham atingindo.

Mesmo não questionando em que condições essas transformações vão ocorrer, esse governo será visto, pela população em geral, como um marco no desenvolvimento da nação

brasileira, ou melhor, um divisor de águas. Ele representa a ruptura com um passado atrasado que ocorre através de um presente revolucionário, que está estruturando um futuro moderno e promissor.

Nos anos que se seguiram as alterações nas relações entre Estado e Sociedade se intensificaram, o que fortaleceu a centralização do poder. Em meio a todos os acontecimentos não foi difícil constatar que fortes mudanças ocorreram no cenário social, onde as comemorações cívicas passaram a assumir um papel importante, na tentativa da construção de uma identidade nacional e uma memória coletiva, objetivando a legitimação do Estado.

Nesse momento a educação torna-se a protagonista de uma grande discussão que objetivava compreender e coparticipar desse processo modernizador pelo qual a sociedade brasileira estava passando. Esse espaço de convívio de diferentes ideias e ideais passa a ser encardo, por diversos setores sociais, políticos e econômicos, como um campo de disputa, onde cada membro desses grupos possuem um único intuito: organizá-lo conforme seu interesse ou visão ideológica. Entre os mais diferentes grupos e vertentes intelectuais presentes no Brasil dos anos 1930, o escolanovismo foi a que mais difundiu a ideia de progresso, pois associava a modernização ao progresso intelectual e ao reordenamento social.

O ideário escolanovista vai se instalando mais fortemente, fruto de uma onda estrangeira vinda do final do século XIX, dos países europeus e o americano do norte. O entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico se fazem presente; reformas e transformações são necessárias, o pedagógico se torna à viga mestra para a transformação, social, cultural e política. Na educação estava a solução para o avanço desejado ao país e a Capital, esta como centro político-administrativo, rumo ao progresso. No caso do ensino profissional, como se apresentava na Capital, não correspondia as necessidades de uma burguesia industrial e comercial ávida de consolidação.

Os Institutos e as escolas profissionais começaram a ser criadas no município do Rio de Janeiro ainda no século XIX, se consolidando nas primeiras décadas do século XX como uma possibilidade de formação de mão-de-obra para uma sociedade republicana que se instituía e que se pretendia moderna; e no caso das meninas também como uma escola de formação doméstica. (BONATO, 2003: 49)

Dessa forma o ideário da Escola Nova e seus objetivos forjados pelos intelectuais da Educação e a ela vinculados encontraram, no Instituto Profissional Feminino Orsina da Fonseca um espaço frutífero para implantar seu projeto que estava se estruturando a partir dos anos de 1930.

Os intelectuais da educação, em seus textos, destacavam a importância de se valorizar e cultivar as datas cívicas como uma maneira de construir uma memória nacional

frente a população. E, a escola passa ser vista como a instituição onde esse tipo de consciência deveria ser criada e edificada.

Um dos meios de despertar e manter o sentimento nacional está na celebração das festas cívicas. O programa determina que isto se faça em todos os anos escolares: a legislação obriga que os diretores reúnam na véspera da festa todos os alunos da escola e lhes expliquem a significação da data comemorativa. Esta prática, aparentemente ingênua e patriarcal, é de grande eficácia moral. Não se trata de que os alunos possam aprender. Os das classes inferiores evidentemente aprenderão muito pouco. O que principalmente interessa, é que os alunos possam sentir [...]. Se recordarmos o passado, reconheceremos que muito do que existe no fundo do nosso patriotismo é o que estimamos nestas simples festas escolares, que se gravou em nossa alma, virgem até então de grandes emoções; e agora, em nossa vida de adultos, o nosso patriotismo se exalta ainda nas manifestações públicas, nas reuniões cívicas, nas festas comemorativas e até nos discursos políticos ouvidos nas reuniões partidárias. Este entusiasmo coletivo mantém vivo aquele sentimento que se inflamou nas pequenas festas escolares (MIGAL, 1935:159-160)

As festas cívicas passaram a contar com a participação dos trabalhadores, sindicatos e principalmente das escolas, atingindo um público que ia desde crianças até os idosos, fazendo com que a exaltação de símbolos, emblemas, cerimônias cívicas e esportivas, entre outros, já presentes no imaginário social ou criados pelo próprio Estado, construíssem uma nova ideia de identidade nacional ratificando as aspirações dos republicanos, que vislumbravam a educação enquanto um espaço de difusão do progresso, instrumento de reconstrução nacional e meio de ascensão social.

Nas escolas as chamadas festas escolares, passam a ser influenciadas pela nova estrutura da cultura política instituída pelo governo republicano de Getúlio Vargas. As comemorações de datas como o Descobrimento do Brasil e a Independência do Brasil (ou o 7 de Setembro), ganham espaço de destaque não apenas no calendário escolar, mas também no cenário político da nação. A propaganda política passa a controlar e incentivar na população o espírito nacionalista.

Através das cartilhas escolares os alunos passam a conhecer e a cultivar a figura do presidente, pois ao lerem sua biografia começam a identificá-lo como a um membro de sua família. A partir de 1937, com a chegada do Estado Novo novas informações acerca de seu regime, que já estavam sendo veiculadas anteriormente, se consolidam nas carteiras escolares, já que o mesmo passa a ser visto como um regime de benefícios.

Em vários compêndios escolares identificamos os símbolos nacionais atrelados aos ideais difundidos pelo governo ditatorial. Dando-se um grande destaque para a questão do ordenamento e o sentido do trabalho, que muitas das vezes encontrava-se associado à ideia de disciplina e dignidade social, elementos que estavam presentes no modelo de trabalhador difundido para todos os homens e mulheres da nação brasileira. Cabe destacar que para o estado varguista o trabalho era o símbolo integrador da nação e as crianças e jovens, futuros adultos e trabalhadores, precisavam compreender o valor e o significado do labor.

Assim, a necessidade de ser ter escolas onde houvesse uma formação voltada à educação laboral era fator primordial nessa nova fase da república brasileira. Ao longo da década de 1930, em decorrência das mudanças na legislação educacional, o Instituto recebeu várias denominações. Com o secretário geral de instrução Anísio Teixeira (1933), o Instituto passa a se chamar Escola Técnica Orsina da Fonseca. Dois anos depois (1935) ela volta a atender como internato e externato e no início dos anos de 1940, a escola ganha um curso ginásial, nesse momento ela é denominada Internato de Educação Técnico – Profissional Orsina da Fonseca. Em 1949, novamente ocorre uma mudança surge a Escola Secundária Geral e Técnica Orsina da Fonseca. Segundo documento da própria instituição:

Obedecendo a vários decretos e reformas de ensino, passou por inúmeros regimes e currículos, assim como:

(...)

1933 – passou a denominar-se Escola Secundária Técnica Orsina da Fonseca;

1934 – nova reforma no ensino, passando a chamar-se Escola Técnica Secundária Orsina da Fonseca;

1941 – uniformização do ensino, nos estabelecimentos de ensino Técnico Profissional;

1943 – recebeu o nome de Escola Técnica Orsina da Fonseca (equiparada ao regime formal);

1947 – foi extinto o curso industrial e instituído o Ginásio (...).<sup>2</sup>

Inúmeas reformas farão esse estabelecimento de ensino passar por diversas modificações estruturais, tanto na parte pedagógica quanto administrativa, ao longo de sua história. Vai permanecer enquanto escola feminina até o início dos anos de 1960, quando o prédio construído na Primeira República é aos poucos demolido, dando lugar ao que lá

---

<sup>2</sup> In: Acervo de documentos da EMOF. Resumo produzido na Escola Orsina da Fonseca em comemoração ao 89º aniversário da instituição, 1989.



existe até hoje, onde atende aos alunos da Rede Pública Municipal da Cidade do Rio de Janeiro.

Anos mais tarde, ainda localizada na Rua São Francisco Xavier, no bairro da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, esta escola ainda guardaria em suas salas, um rico e empoeirado acervo inutilizado, um grandioso patrimônio cultural, com parcelas significativas da história da educação brasileira.

### **Revista *Colmeia* – “De Deus vem o bem e das abelhas o mel”**

Sabe-se que a memória de um bairro, de uma cidade ou de uma escola é pautada nas narrativas deixadas ou feitas pelas mais diferentes gerações que fazem de determinados acontecimentos os marcos de sua história. Para identificarmos as pessoas que fazem parte dessas chamadas gerações, tomamos a idade como ponto central, já que todos os seus membros pertenceram a um grupo social ideologicamente circunscrito dentro da nação, ou seja, comporão “um grupo detentor de uma memória coletiva, balizada pelos mesmos episódios, pontuada pelos mesmos pontos fortes que são aqueles das experiências coletivas vividas simultaneamente” (GIRARDET, 1983:263). Como esse grupo pertencente a uma mesma geração, terá uma mentalidade específica construída com base em acontecimentos comuns e marcantes para seus integrantes.

Guardadas no “arquivo morto” juntamente com inúmeros outros documentos do Instituto Profissionalizante Feminino Orsina da Fonseca, nos deparamos com dois exemplares de uma Revista intitulada *Colmeia*. Escrita pelas alunas da Escola Técnica Secundária Orsina da Fonseca, essas revistas revelam em suas páginas amarelas as memórias e os ideais dessas jovens meninas, que no ano de 1935 começam a escrever um pouco sobre o cotidiano de sua escola, além de darem opiniões – mesmo que bem singelas – sobre a situação do país.

Como dito por elas mesmas em seu primeiro editorial apresentado no mês de outubro de 1935, a revista não possuía o intuito de ser doutrinária. Ela tinha como objetivo:

(...) estimular os pendores literários das alunas da Escola Secundária Orsina da Fonseca. Programa simples, como se vê, e que não exige muito esforço de a parte de quem se propoz realiza-lo dentro das modestas possibilidades de uma pequena revista escolar cheia de boas intenções e de boas esperanças. Nas páginas de COLMEIA, espécie de tribuna da opinião das jovens que aqui formam o seu espírito, terá acolhida qualquer trabalho de literatura ou ciência, de história ou arte,

que não estejam em desacordo com as idéias fundamentais da educação moderna e respeitem os bons princípios da moral social.<sup>3</sup>

Já em seu programa de apresentação podemos perceber o quanto as alunas responsáveis por escolherem os trabalhos, editarem os textos e publicarem a revista encontraram-se preocupadas em manter uma boa relação com a política educacional desse período.

Ao longo de suas páginas elas vão, em cada coluna escrita, descrevendo o cotidiano e as relações estabelecidas dentro da escola. Opinião sobre os trabalhos desenvolvidos pelas professoras de Geografia e Artes, as escolhas dos títulos literários e até mesmo os relatos feitos sobre os fatos ocorridos durante as aulas, terminam por revelar uma memória já há muito esquecida.

Mas, ao folhearmos a revista nos deparamos com trechos onde as moças começam a expor seus pensamentos frente aos símbolos nacionais ou até mesmo as datas comemorativas. É o que podemos ver nos singelos versos compostos pela aluna Walkyria Straubel para o “Dia da Pátria”:

Amemos com ardor a grande terra  
que tem o lindo nome de Brasil,  
onde a verdura cobre o campo e a serra,  
onde é belo o florir primaveril.

Amemos esta esplêndida bandeira  
que é símbolo da força e da grandeza  
da nossa doce pátria brasileira,  
esta terra de luz e beleza!<sup>4</sup>

A exaltação às belezas existentes em nossa pátria se encontram presentes nas linhas do verso, mas na verdade ao lermos nas entrelinhas podemos observar que o pequeno texto, de forma simples, buscou dar destaque a questão da valorização dos símbolos nacionais, tais como a bandeira da nação.

Dentre os mais diversos assuntos tratados na revista podemos ver o destaque dado pelas alunas aos trabalhos realizados dentro da escola. Uma forma de valorização da ideia de construção de moças trabalhadoras e zelosas de seus afazeres, marca registrada da política educacional e do próprio ideal difundido pelos seguidores do governo varguista.

---

<sup>3</sup> Ver: “Um programa”, In: Revista *Colmeia*, 1935, p. 1. Acervo da EMOF.

<sup>4</sup> Ver: “Versos feitos no ‘Dia da Pátria’”, In: Revista *Colmeia*, 1935, p. 8. Acervo da EMOF.

Podemos e devemos destacar, ainda, uma coluna intitulada “No clube Medeiros e Albuquerque”, onde encontramos uma página toda destinada a um texto intitulado “Oração à Pátria”.

Já nas primeiras linhas do texto a aluna Carolina afirma: “Minhas colegas. A nós, à nossa mocidade, ao nosso entusiasmo, está confiado o progresso de nossa pátria e a Glória do futuro”. Frente a essa afirmação identificamos, ao longo do texto frases e ideias que asseguram e instituem a essas jovens o papel de alicerces de um país que precisa de trabalhadores e trabalhadoras conscientes de seu papel social. Retratando bem as ideias que posteriormente seriam disseminadas pelo Estado Novo Varguista.

Logo em seguida surge a coluna “Pensando na Pátria”, onde uma aluna do curso de extensão vem definindo o sentido de pátria e exaltando os vultos nacionais, como por exemplo José Bonifácio. Além de destacar a responsabilidade que temos frente à formação de uma pátria mais justa e cidadã.

Finalizando esse primeiro número da Revista *Colmeia* nos deparamos com um artigo que fala sobre a importância das comemorações do 07 de setembro. Nele a aluna aborda a questão da união da pátria a partir da comemoração a “data máxima da História da Terra Brasileira”. Ao longo do texto ela faz toda uma exaltação as belezas naturais do Brasil. E aproveita para destacar a palavra pátria, onde ressalta seu significado e destaca também os verdadeiros ideais cívicos necessários a construção de uma pátria sólida e voltada para a modernidade.

Os símbolos cívicos presentes nos textos escritos e publicados pelas alunas na Revista *Colmeia* dá ao leitor de hoje uma visão de como o Estado através da escola forja um modelo de cidadão voltado ao mundo do trabalho e atrelado aos ideais difundidos pelo governo varguista.

## Bibliografia

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*, São Paulo, Ática, 1989;
- BENDIX, Reinhard. *Construção nacional e cidadania*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *La fotografia: un arte intermédio*. México: Nueva Imagem, 1989.
- CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coleção Opúsculo. Coimbra: Quarteto Editora, 2001.
- GELLNER, Ernest. *Nações e Nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993.
- GRAMSCI, Antônio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- GOMES, Ângela de Castro. “A escola republicana: entre luzes e sombras”. In: *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; CPDOC/FGV, 2002.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4 edição. Campinas: Unicamp, 1996.
- McLAREN, P. *Rituais na Escola: em direção a uma economia política de símbolos e gestos na educação*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- MIGAL, Artur Carbonelle e. *Metodologia do estudo primário*. Belo Horizonte, MG: Globo, 1935.
- NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na primeira República*. São Paulo: Ed. Pedagógica e Universitária Ltda. / Ed. da USP, 1974.
- NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. (Trad. Yara Aun Khoury). In: *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos pós-graduados em História. PUC-SP, Dez. 1993, p. 7-28.
- NÓVOA, A. “Ensino Primário”; “Ensino Técnico”, “Ensino Liceal”, In: ROSAS, F. & PERRENOUD, Philippe. *Escola e Cidadania: o papel da escola na formação para a democracia*. (trad. Fátima Murad). Porto Alegre: Artmed, 2005.
- NUNES, Clarice. “(Des) encantos da modernidade pedagógica”. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M. de; VEIGA, Cynthia G. (org). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2011.
- TEIXIERA, Anísio. *Educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.
- VAZ, Aline Choucair. *A escola em tempos de festa: poder, cultura e práticas educativas no Estado Novo (1937-1945)*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2006. (Dissertação de mestrado).

\_\_\_\_\_. “Educar a pátria para o labor: o Dia do Trabalho no ensino primário de Minas Gerais (1937-1945)”. In: VAGO, Tarcísio Mauro; OLIVEIRA, Bernardo Jefferson. (Org.). *Histórias de práticas educativas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

VEIGA, Cynthia Greive. “A escolarização como projeto de civilização”. In: *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. n. 21. Set/Out/Nov/Dez, 2002.

\_\_\_\_\_; GOUVEA, Maria Cristina Soares. “Comemorar a infância, celebrar qual criança? Festejos comemorativos nas primeiras décadas republicanas”. In: *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 26, n. 01, jan/jul, 2000.

VÉRON, E. *A produção de sentido*. São Paulo: Cultrix, Ed. USP, 1980.